

*Luiz Carlos
de Almeida
de Almeida*



RELATÓRIO

DE

GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO - 2008

MUNICÍPIO DE TONDELA

RELATÓRIO DE GESTÃO (De harmonia com o ponto 1.3 do POCAL)

Ano 2008

INTRODUÇÃO

O ano de 2008 ficou marcado pela crise internacional e consequentemente nacional, o que deu especial ênfase, às preocupações inerentes à **gestão económica, eficiente e eficaz** das actividades desenvolvidas pela Autarquia.

Mesmo numa conjuntura adversa, como a que se verificou neste ano, o **desenvolvimento sustentável** afirmou-se como o grande objectivo. Pesem embora, as restrições impostas à despesa, não foram postos em causa a concretização dos investimentos fundamentais para a promoção e desenvolvimento do Concelho.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Município de Tondela concretizou investimentos importantes aos mais diversos níveis, em áreas fundamentais, com impacto directo na vida dos Munícipes, como sejam: A conservação e ampliação da rede viária, uma diversidade de arranjos urbanísticos, que transformaram de forma definitiva algumas áreas urbanas, a continuidade de obras de construção e extensão de saneamento e abastecimento de água, construção e requalificação de escolas, novos equipamentos ao nível da cultura e do Desporto, entre outros.

No quadro do reforço da coesão e solidariedade municipal, da eficiência da gestão pública e prossecução do interesse público, o Município, para além, dos significativos investimentos realizados nas diversas freguesias e das intervenções sucessivas das brigadas da Câmara Municipal nas mesmas, colaborou financeiramente com as Juntas de Freguesia, através de importantes acordos de colaboração que se têm revelado indispensáveis para responder às mais diversas necessidades.

A dinâmica cultural, recreativa e desportiva, nomeadamente no âmbito do Movimento Associativo, são para o Município um importante vector de desenvolvimento social. O que levou o Município, a par de anos anteriores, a


empenhar um continuado esforço no apoio, quer ao nível técnico, logístico, quer financeiro, a iniciativas e projectos que tenham por objectivo desenvolver essa dinâmica.

É neste enquadramento, de empenho no Desenvolvimento com preocupações de grande rigor que, a seguir se relatam as questões técnicas, relacionadas com o desempenho económico-financeiro do Município.

DESEMPENHO ADMINISTRATIVO:

Ao nível das várias Secções que constituem a estrutura Orgânica do Município, obtiveram-se resultados de desempenho, patentes nos números que abaixo se descrevem:

SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES: Recepcionou 3479 requerimentos, expediu 4023 ofícios, elaborou 206 processos de licenciamento de obras, 0 processos de licenciamento de loteamentos, 25 processos de informação prévia, emitiu 214 alvarás de construção, 0 alvarás de loteamento, 455 licenças de utilização, 4 Processos de vistoria (sem processo de obras), 3948 pareceres técnicos, 6 comunicações prévias, 6 Alvarás de Exploração, 4 Licenças Acidental de Recinto e emitiu 2591 guias de receita.

SECÇÃO DE NOTARIADO E PATRIMÓNIO: Expediu 398 ofícios, emitiu 78 informações e pareceres.

Foram celebrados 11 contratos de empreitada, celebrou 2 contratos de fornecimento, 2 contratos de subarrendamento, 21 contratos de arrendamento, 2 contratos de concessão de exploração, 15 minutos de contrato, efectuou 10 escrituras de compra e venda, 2 escrituras de cedência, 1 escritura de hipoteca, 1 escritura de doação, 3 escrituras de justificação, 3 escrituras de rectificação, efectuou 3 distrates, 1 procuração irrevogável, 5 procurações, 1 hasta publica para alienação de viaturas em fim de vida e equipamento.

Certificou e enviou 2 processos para o Tribunal de Contas;

Obteve junto das repartições competentes as certidões e declarações necessárias à instrução dos respectivos processos;

Elaborou os mapas mensais da:

- Relação dos actos praticados para os registos centrais
- Mapa Mod. 11 via Internet

Efectuou todas as participações de IMI's via Internet dos prédios adquiridos e respectiva validação junto da Repartição de Finanças e consequente registo na Conservatória do Registo Predial de Tondela.

Elaborou nos termos do art.º 49 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro o relatório do inventário de todos os bens e direitos patrimoniais para apreciação da Câmara e Assembleia municipais.

Account 6
Am. Allin
ML

enviou 55 Processos de Renovação de Cartas de Caçador, 4 processos de concessão de carta de caçador, 9 processos de pedido de exame para carta de caçador, organizou e enviou, 65 processos de registo de feirantes, emitiu 4 cartões de feirante, 219 renovações de cartão de feirante, 8 Renovações de cartões de colaboradores, 20 Renovações de cartões de produtores agrícolas e 5 licenças de Táxi. Recebeu e deu andamento a 1679 pedidos de limpeza de fossa.

Emitiu 1 licença de vendedor ambulante de lotarias e organizou e expediu 116 recenseamentos militares de mancebos.

SECCÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO – 9ª SECÇÃO:

Organizou e expediu 248 processos de ramais de água, 301 processos de ramais de saneamento, elaborou 27 Ordens de Trabalho para Reuniões de Câmara, 27 actas, elaboração de 6 convocatórias e respectivo envio para os membros da Assembleia Municipal, e procedeu à devida publicitação nos meios regionais de comunicação social, elaboração de 6 Actas referentes à Assembleia Municipal.

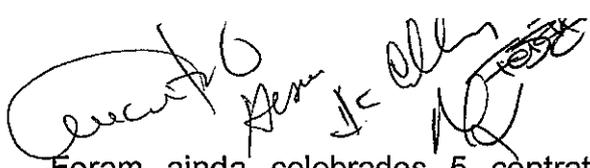
Emitiu 117 licenças de ruído e respectivas guias de receita, emitiu 88 guias de receita dos serviços de metrologia, 199 guias de receita referentes à execução de ramais de água (37 requeridos em 2007), emitiu 202 guias de receita referentes à execução de ramais de saneamento (33 requeridos em 2007 e 2 requeridos em 2006).

SECCÃO DE FISCALIZAÇÃO: Executou 71 processos de queixa, 49 processos de participação, 113 processos de contra-ordenação, 147 ofícios recepcionados, 81 entradas de requerimentos, 300 notificações efectuadas por ofício, 421 outros ofícios, 25 notificações pessoais, 7 embargos, 93 guias de receita, 57 certidões de “não dívida” (Trib.), 15 certidões de “não dívida” (Empresas), 60 pedidos de informação (12 notificações) da secretaria geral.

SECCÃO DE RECURSOS HUMANOS: Expediu 432 ofícios e 92 faxes. Emitiu 101 guias de receita. Realizou 76 concursos de acesso geral e acesso limitado para: 13 vagas de Pessoal Técnico Superior, 3 vagas de Pessoal Técnico, 1 vaga de Pessoal de informática, 15 vagas de Pessoal Administrativo, 9 vagas de Pessoal Técnico Profissional, 1 vaga de Pessoal Altamente Qualificado e 34 vagas de Pessoal Operário.

Foi efectuado todo o expediente relativo ao processamento de salários, 1086 pedidos de férias, 188 faltas por conta do período de férias, 11 de greve, 44 de actividade sindical, 2 de casamento, 2 licenças de maternidade, 1 de nascimento, 36 de nojo, 157 de doença, 5 de assistência a filhos menores de 10 anos, 5 de assistência a familiares maiores de 10 anos, 7 de internamento, 2 de paternidade, 26 de baixa da segurança social, 4 assistência a familiares segurança social, 778 participações da ADSE, 138 pedidos de abono de família e 150 pedidos de ajudas de custo.

Foram feitas 17 Participações de Responsabilidade Civil, e 23 Participações de Acidentes Pessoais.


Foram ainda celebrados 5 contratos de Estágios Profissionais - PEPAL, 5 de Poc's carenciados e 170 de Poc's subsidiados.

SECÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS: Expediu 1610 ofícios, emitiu 247 Guias de Receita, promoveu a abertura de 60 concursos, sendo 29 de empreitadas de obras públicas e os restantes (31) de fornecimentos de bens e serviços, efectuaram 60 actos públicos, efectuaram 40 qualificações de concorrentes, 60 Relatórios finais, 120 audiências prévias, 38 Inquéritos administrativos, licenciamento de 8 processos para aquisição de explosivos, 41 autos de medição de trabalhos, 6 candidaturas ao QCAIII.

PAC – POSTO ATENDIMENTO DO CIDADÃO

Serviços Executados

IMTT – 1173 processos de reavaliação/substituição, 442 revalidações de carimbo, 9 respostas a ofícios enviados pelo IMTT, 4 devoluções de cartas de condução com erro, 3 envios de modelo 1 para o IMTT.

DGAJ – 166 registos criminais negativos, executado e expedido 1 registo criminal negativo, envio mensal da listagem dos requerimentos do fim do prazo dos 3 meses.

EDP – 1 contrato novo de fornecimento de energia eléctrica, 11 comunicações de leitura, 14 alterações de contratos de fornecimento de energia, 2 rescisões de contrato de fornecimento de energia eléctrica.

ADSE – 53 cartões CESD, 2 alterações de morada/Nib, recepção de 50 conjuntos de documentos de despesa de cuidados de saúde.

SEF – 7 certificados de registo de cidadão da União Europeia.

Geral – Expedidos 262 ofícios, 42 e-mails para a Ama, 13 Help Desk (informática).

Informações dadas aos cidadãos:

IMTT – 340 sobre revalidação de cartas de condução, 63 sobre substituição de cartas de condução, 22 sobre impressos, 1 sobre carta devolvida, 58 informações gerais, 114 sobre alterações de morada, 27 sobre 2ª via, 2 sobre abate de automóveis, 3 sobre troca de carta estrangeira e 5 sobre troca de carta de condução.

DGAJ – 44 sobre registo criminal negativo.

ISS – 20 informações gerais, 2 sobre descontos efectuados, 12 sobre cartão CESD.

DGRN – 301 sobre bilhete de identidade, 123 sobre registo automóvel, 8 sobre registo civil, 1 sobre registo predial, 1 de informação geral.

GOVERNO CIVIL – 80 sobre passaporte.

DGCI – 80 sobre cartão de contribuinte, 38 informações gerais e 10 sobre impostos.

ADSE – 11 sobre cartão CESD, 11 informações gerais, 1 sobre alteração de dados, 5 sobre recepção de documentos.

EDP – 31 sobre celebração/alteração de contratos de fornecimento de energia eléctrica, 34 informações gerais, 11 sobre comunicação de leituras, 5 sobre celebração de contrato de fornecimento de gás, 1 sobre rescisão de contratos de energia eléctrica e 2 sobre facturas da EDP.

SEF – 2 sobre certificado de registo de cidadão da União Europeia e 6 informações gerais.

DIVERSOS- 123 sobre telefone, 192 informações gerais sobre PAC, 3 sobre relações laborais, 14 dadas sobre outras informações, 1 sobre correios e 1 sobre cabo visão.

ANALISE ORÇAMENTAL

De acordo com a regra "**O Orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas**", e ainda, "**as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes**", insere-se para análise o quadro abaixo.

Quadro 1

	ANO - 2007	ANO - 2008
RECEITA CORRENTE (1)	15.300.370,86	14.036.987,66
DESPESA CORRENTE (4)	12.388.030,72	13.908.198,50
SALDO	2.912.340,14	128.789,16
OUTRAS RECEITAS (2)	3.841.099,25	5.048.115,70
RECEITA CAPITAL (3)	8.598.691,37	6.926.731,70
DESPESA CAPITAL (5)	10.306.135,16	9.538.340,78
TOTAIS DA RECEITA (1+2+3)	27.740.161,48	26.011.835,06
TOTAIS DA DESPESA (4+5)	22.694.165,88	23.446.539,28

Conclusão: No ano de 2008, existe um saldo positivo de € 128.789,16, na relação Receita, Despesa Corrente.

Na Relação Total de Receita/ Total de Despesa, verifica-se um saldo positivo de (€ 2.565.295,78), significando que a receita obtida foi suficiente para a despesa efectuada.

O rácio sobre o grau de cobertura das despesas é dado pela relação:

RECEITAS CORRENTES - DESPESAS CORRENTES > 0

Handwritten signatures and initials:
A curved signature at the top left.
Below it, the name "Amor" is written.
To the right, there are initials "I. R." and a date "12/12/08".

RECEITA

EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTAL

Quadro 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.330.200,00	4.184.680,96	96,64	3,36
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	220.750,00	138.796,88	62,88	37,12
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	576.732,00	480.167,72	83,26	16,74
05	RENDIM. PROPRIEDADE	676.400,00	182.976,66	27,05	72,95
06	TRASFER. CORRENTES	10.819.181,00	8.638.612,14	79,85	20,15
07	VENDA SERV. CORRENTES	434.050,00	142.051,65	32,73	67,27
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	270.150,00	190.176,13	70,4	29,6
09	VENDA BENS INVEST.	1.140.250,00	122.097,00	10,71	89,29
10	TRANSFER. CAPITAL	12.411.964,00	5.542.125,02	44,65	55,35

Ao nível de execução dos **Impostos Directos**, verifica-se uma execução de 96.64 com um desvio de 3.36. Sendo a receita cobrada em 2008 de € 4.184.680,96, conclui-se que houve uma boa execução.

Nos **Impostos Indirectos**, previu-se um valor de receita de € 220.750,00, fixando-se a sua execução em €138.796,88, o que corresponde a um grau de execução de 62.88 com um desvio de 37.12. Logo, a execução ficou, um pouco, aquém das expectativas.

Relativamente às **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, verifica-se uma execução de 83.26, com um desvio de 16.74, sendo também aceitável.

Nos **Rendimentos de Propriedade**, pode observar-se um grau de execução de 27.05, com um desvio de 72.95, significando tal que esta previsão de receita ficou muito aquém do previsto.

Para **Transferências Correntes**, verifica-se um grau de execução de 79.85 com um desvio de 20.15. Sendo esta uma rubrica que acolhe receitas de várias proveniências (Públicas, Privadas, Participações comunitárias e Outras, tem sempre um grau de flexibilidade elevado, pelo que se considera, que tendo sido fixado para valor de € 10.819.181.00, a sua execução foi boa.

Relativamente a **Venda de Bens e Serviços**, o nível de execução de receitas, situou-se em 32.73, com um desvio de 67.27

Account
Ann.
CY
10/10/08
10/10/08

D

Em **Outras Receitas Correntes**, verifica-se um grau de execução de 70.40, relativamente à receita prevista, e um desvio de 29.60, sendo que esta receita é basicamente proveniente de Transportes Escolares, varia bastante em função do número de alunos transportados. A execução foi razoável, embora este desvio seja superior ao de 2007.

Quanto a **Venda de Bens de Investimento**, o grau de execução situa-se em apenas 10.71. Sendo as rubricas mais expressivas dentro deste capítulo, as de Venda de Terrenos e de Habitações, verificou-se que apenas se concretizaram vendas no valor de € 122.097.00, pelo que, a execução ficou bastante longe do previsto.

Em **Transferências de Capital**, o grau de execução situa-se em 44.65, verificando-se que ao nível das receitas de Transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro a execução é de 100%, no entanto na Participação Comunitária de projectos co-financiados, o grau de execução é de 42.64, sendo de notar que esta rubrica está sempre condicionada aos "timings" de execução das obras, e às disponibilidades da CCRC. Esta previsão está excepcionada pela alínea b) do artigo único do Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 05/04/2002.

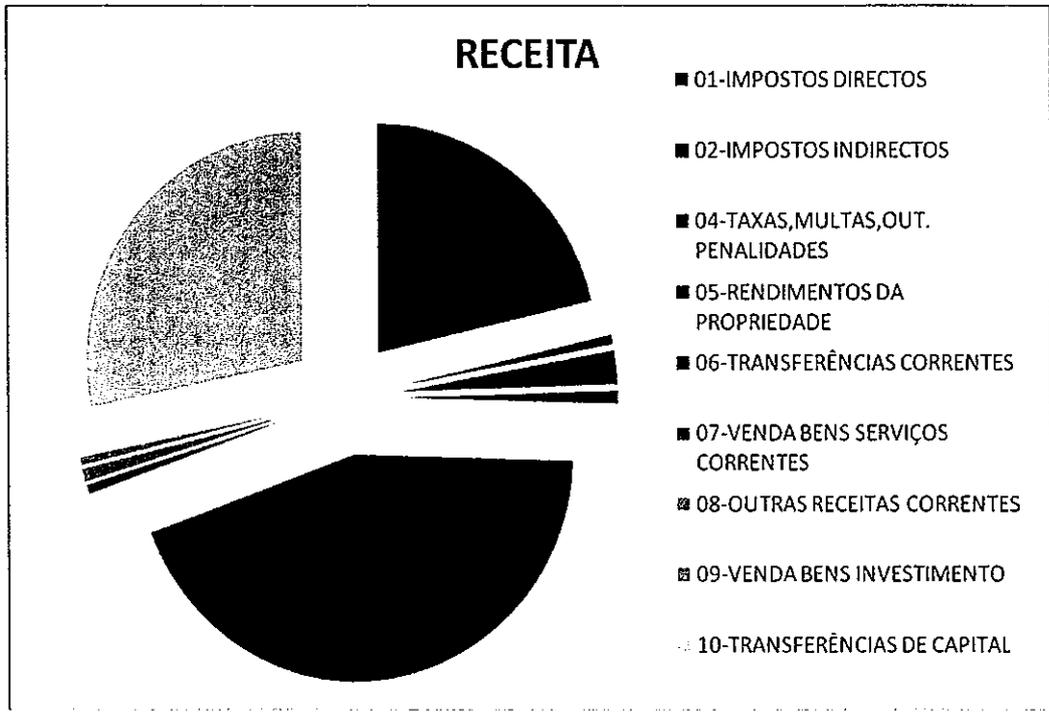
Nota: Embora no quadro 2 apenas se possam verificar a execução das rubricas de receita mais significativas, pode pela análise do documento da prestação de Contas "Controlo Orçamental de Receita" verificar-se a execução de uma forma muito mais exaustiva, concluindo-se por resumir esta execução da seguinte forma:

As previsões corrigidas, totalizam € 37.158.776,60, existindo por cobrar no início do ano de 2008 o valor de € 3.898.763,73, sendo que a receita cobrada liquida ascendeu a € 25.932.309,54, e a receita por cobrar no final do ano era de € 2.976.034,19. Assim o grau geral de execução de receita foi de 69,79, considerado bom, se tivermos em conta que as verbas provenientes de fundos comunitários são sempre de execução variável.

Quant 6
all
plano
↓
AR

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

D



DESPESA

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Quadro 3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO
	DESPESAS CORRENTES				
01 01	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	54.000,00	18.886,54	34,98	65,02
01 02 01	DESPESAS C/ PESSOAL	5.731.504,00	5.234.333,11	91,33	8,67
01 02 02	AQUISIÇÃO BENS SERV.	6.833.206,60	5.057.531,58	74,01	25,99
01 02 03	JUROS OUTROS ENCARGOS	657.600,00	560.765,72	85,28	14,72
01 02 04	TRANSFERÊNCIAS CORR.	3.499.200,00	2.840.369,49	81,17	18,83
01 02 06	OUTRAS DESPESAS CORR.	245.050,00	196.312,06	80,11	19,89
	DESPESAS DE CAPITAL				
01 02 07	AQUISIÇÃO BENS CAPITAL	17.039.000,00	7.302.845,40	42,86	57,14
01 02 08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	1.785.216,00	1.014.290,63	56,82	43,18
01 02 09	ACTIVOS FINANCEIROS	75.000,00	24.500,00	32,67	67,33
01 02 10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.220.000,00	1.180.037,75	96,72	3,28

encargos
para
de
KQ

D

Aquisição de Bens e Serviços - Houve uma execução de 74.01, considerando-se que houve alguma contenção, relativamente ao previsto. Houve um desvio de 25.99.

Juros e Outros Encargos - Com um grau de execução de 85.28, houve um desvio de 14.72.

Transferências Correntes - A execução situou-se nos 81.17, tendo um desvio de 18.83.

Outras Despesas Correntes - Com um grau de execução de 80.11, e um desvio de 19.89, tal indica ter havido também alguma contenção em relação ao previsto.

Aquisição de Bens de Capital – Este indicador de execução de 42.86 poderá considerar-se relativamente baixo, portanto com um significativo desvio (57.14) do previsto; tal deve-se ao facto de esta rubrica estar relacionada com programas comunitários, e embora a despesa possa estar realizada, poderá não estar paga, dado o desfasamento nos “timings” de execução das obras e das disponibilidades da CCRC.

Transferências de Capital – Verificando-se que o grau de execução desta rubrica é de 56.82, com um desvio de 43.18, tal significa que, alguns protocolos são pagos à medida que vão sendo executados pelas entidades beneficiárias.

Passivos Financeiros - Verifica-se uma execução 96.72, com um desvio de 3.28, considerando-se uma boa execução.



Nota: A análise do **quadro 3**, permite-nos desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se por um lado, o destino

Assim
Assim
Assim
Assim

Quadro 4

D

	Limite máximo despesa com pessoal	Despesas com pessoal em 2008 a considerar para o limite máximo	%
Pessoal do Quadro	9.180.222,52	3.320.074,63	36,17
Pessoal fora do Quadro	2.295.055,63	887.996,32	38,69
	11.475.278,15	4.208.070,95	

Assim, verificou-se uma despesa de pessoal do quadro de € 3.320.074,63 representando 36,17% do limite máximo com o pessoal dos quadros (inclui eleitos locais e funcionários).

Por seu lado, as despesas da rubrica – “Pessoal em qualquer outra situação” atingiu € 887.996,32, representando 38,69% do limite máximo permitido.

Podemos concluir que, foi cumprido o requisito legal acima referido.

EXECUÇÃO DAS GOP's – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelas várias áreas de actuação, organizadas por programas, projectos e acções.

O quadro 5 reflecte a **execução das GOP's por funções**, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela Autarquia nas diversas áreas.

Quadro 5

CLASSE FUNCIONAL	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	EXECUÇÃO	DESVIO
01	FUNÇÕES GERAIS	1.748.500,00	918.871,04	52,55	47,45
02	FUNÇÕES SOCIAIS	13.469.491,00	6.488.877,40	48,17	51,83
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS	7.972.900,00	4.344.131,78	54,49	45,51
04	OUTRAS FUNÇÕES	615.900,00	260.156,22	42,24	57,76

Assim
Assim
Assim

As rubricas mais representativas destas despesas, que poderão ser analisadas em pormenor no Mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano, inserto na Prestação de Contas são:

- Nas Funções Gerais, as rubricas que apresentam maior grau de execução são as de Aquisição de Edifícios com 89.93, o POSConhecimento - Espaço Internet, Campo de Besteiros e Lageosa do Dão com 82.00 e 87.41 respectivamente. Redes Camarárias – Fibra Óptica com 93.95, Transferências Correntes – Protocolo Anual com as Freguesias com 98.53 e Protecção Civil, proveniente das Transferências Correntes para os Bombeiros Voluntários – 97.20.

- No Grupo das Funções Sociais

- Ensino não Superior, os indicadores de maior destaque são: Construção da Escola EB-0,1-S.João do Monte com 82.16, Construção da Escola EB-0 de Tondela com 82.14, e os Protocolos - Transferências para as Juntas de Freguesia – 65.40 e para Escola Profissional de Tondela 56.76.

- Nos Serviços Auxiliares de Ensino, os indicadores relevantes são: Transportes Escolares com 66.68, a Acção Social Escolar, realizada através de protocolos com as Juntas de Freguesia, com 98.87, com as Instituições em 88.53 e com os Agrupamentos Escolares 91.07.

- Nos Serviços Individuais de Saúde – Verifica-se uma execução do projecto Requalificação do Centro de Saúde de Tondela com um grau de execução de 80.36, e a Construção do Centro de Saúde de Lageosa do Dão com 86.68.

- Na Acção Social – Registam-se as transferências para o Centro Social de S. Miguel de Outeiro e Canas de Sta Maria com uma execução de 99.76 e 100.00, respectivamente, e no Programa "Concelho Solidário" uma execução de 52.57 na Aquisição de bens, 64.82 na Aquisição de Serviços e de 79.34 nas Transferências correntes.

- Na Habitação – O nível de execução mais elevado de 88.33 verifica-se na Aquisição de Habitação Social.

- No Ordenamento do Território – Regista-se uma execução de 35.37 em Estudos, Projectos e Consultadoria (Planos Municipais).

- No Saneamento – Os maiores indicadores de execução referem-se a Esgotos a Canas de Sta. Maria 2ª Fase com 97.13, e da Construção da ETAR- Vila Nova da Rainha/Gândara com 83.91, Remodelação da ETAR de S. Miguel do Outeiro com 98.82 e a Execução de Redes de Saneamento ao Calvário – Canas de Sta Maria com 87.72.

- No Abastecimento de Água - O projecto, Execução de redes de abastecimento de água e rede de esgotos às Povoações de Litrela e Pedronhe teve um nível de execução de 66.33, e na Ampliação de Rede de Água e Esgotos a Molelos verificou-se uma execução de 90.77.

Am. e
10/2000

D - **Na Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**, -
Salienta-se um nível de execução de 71.91 para a obra Arranjos Urbanísticos
- Mata S. João do Monte, 51.99 para a obra Nó do IP3/Tondela/Adiça e
Tondela/Molelos; os Estudos Projectos e Consultadoria registaram uma
execução de 88.50, registam-se também os níveis de execução de 100.00
quer no cumprimento do Protocolo (Transferências para as Freguesias) –
Requalificação Urbana – Campo de Besteiros, quer nas transferências para o
Plano Florestal/Incêndios.

- **Na Cultura** – Verifica-se uma grande dinâmica, com indicadores de
relevância, a saber:

Construção do Museu -Terras de Besteiros com 98.86, Centro de
Recursos Culturais-2ª Fase com 88.85, Beneficiação do Auditório Municipal
89.92, Requalificação da Cantina de Nandufe com 91.01, Infra-estruturas
Pedonais Moinhos Souto Bom-Caparrosa 53.60, cumprimento de Protocolos
de transferências para Instituições particulares capital e correntes com
100.00 e 97.92 respectivamente, enquanto as transferências correntes para
as Freguesias tiveram um grau de execução de 74.00.

- **No Desporto, Recreio e Lazer** – Podem observar-se percentagens
de execução de: 63.23 nos Espaços Lúdico-Infantis, 96.93 nas infra-
estruturas envolventes ao Pavilhão Desportivo do Caramulo, 76.51 na
Requalificação do Pavilhão Desportivo João Cardoso, assim como, 99.69
nos Arruamentos ao Parque João Cardoso, e ainda o cumprimento de
Protocolos de Transferências para Juntas de Freguesia e Instituições
Particulares nos níveis de 98.94 e 96.67, respectivamente. O Projecto
Combate ao Sedentarismo – “Saúde em dia” teve um grau de execução de
85.75 nas Transferências para as Instituições Particulares, e de 43.18 nas
Transferências para as Freguesias.

- **Outras Actividades Cívicas e Religiosas** – Com 99.92 para as
Transferências (Instituições) - Recuperação do Património.

- **No Grupo das Funções Económicas**

- **Agricultura Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca** – Regista-se a
construção do Caminho Florestal – S. João do Monte/Mosteirinho com o grau
de execução de 69.57, e a construção do Caminho Florestal do Tourigo com
71.56.

- **Indústria e Energia** – 98.79 para a Construção da Zona Industrial do
Lajedo, 44.74 para Iluminação Pública à Zona envolvente da Escola
Secundária – ES/3- Molelos/Tondela, e 66.32 Iluminação Pública – Bips e
Iluminárias.

- **Transportes Rodoviários** – Registam-se vários Projectos
relevantes, como sejam: Arranjos Urbanísticos à Cidade de Tondela – 2ª fase
(Sta Luzia/Botulho-Molelos) com 97.27; Variante Lajedo/Santiago de
Besteiros-S.Marcos-2ª fase com 68.12; Reparação de Arruamentos em
Teomil com 97.16; Pavimentação de Arruamentos ao Tourigo com 98.94;

Quarta-feira
Assim
que
Tesouro

D

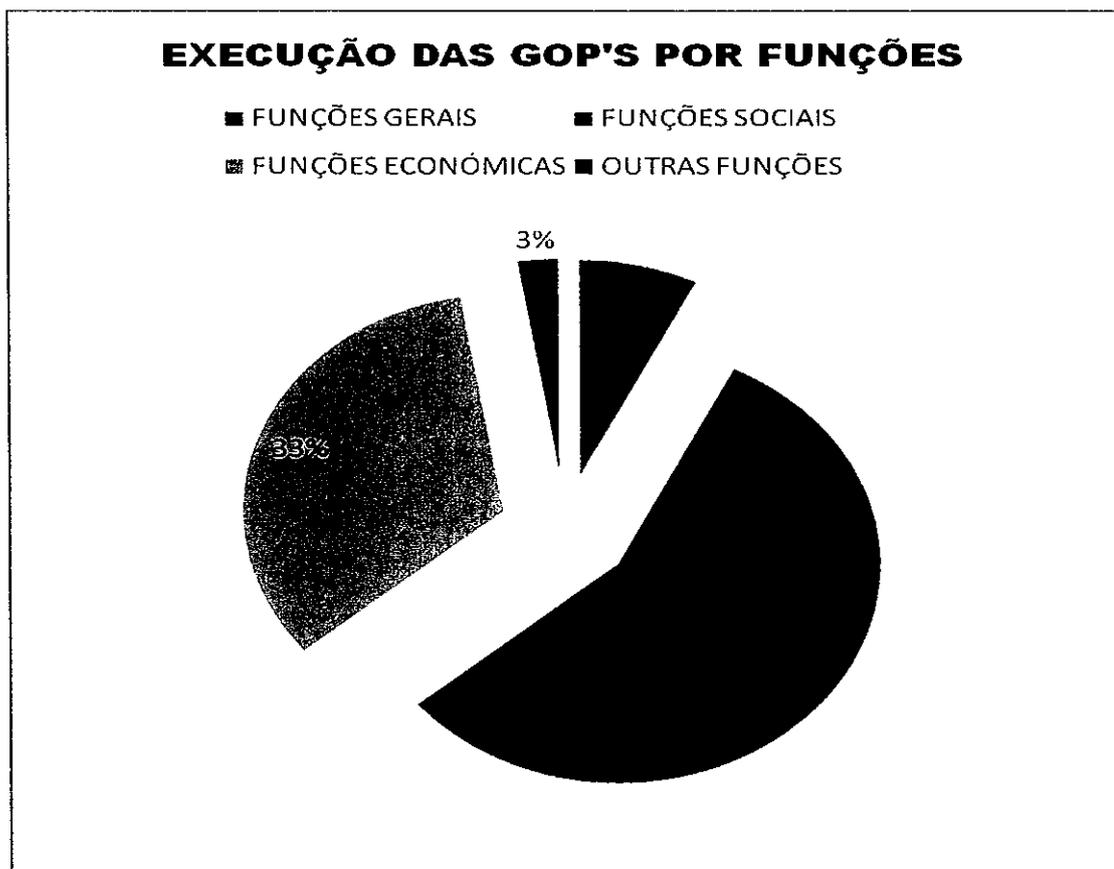
Pavimentação de Arruamentos a Sabugosa com 97.93; Construção das Infraestruturas do Largo do calvário – Molelos com 96.97; E.R.230 –Troço Cantarinhas-Fungão – Molelos com 99.77; Requalificação da Ponte da Várzea – Lobão da Beira com 99.34; Requalificação da E.R. 228 (Tourigo/Barreiro/Castelões/Campo de Besteiros com 99.94, Protocolos Transferência para as Juntas de Freguesia com 77.76, Transferência (EM-Almofala/Teixo/Abóbada/S.João do Monte) com 60.48, e Sinalização e Segurança Rodoviária (Equipamento) com 76.27.

- **Mercados e Feiras** - Verifica-se um nível de execução de 94.59, na realização da Ficton em Trabalhos Especializados e 42.14 com a aquisição de serviços.

- **Turismo** – Regista-se um nível de 100.00 na Rampa do Caramulo.

- **Outras Funções** – Verificam-se os níveis de execução de 38.33 para Juros de empréstimos; 63.13 para Amortizações de Empréstimos e 50.41 para Quotizações Transferências – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

- **Nas Funções Diversas Não Especificadas** - Salienta-se o nível de execução de 68.67 para Transferências – Instituições, de 78.26 para Protocolos Diversos – Freguesias; e 69.12 para Transferências – Associação de Municípios da Região Dão Lafões.



Para além da descrição, até agora efectuada, sobre a forma como decorreu a Gestão Orçamental do Município no ano de 2008, poderemos com o auxílio de alguns indicadores, concluir esta abordagem.

Indicadores de Gestão Orçamental
Quadro 6

Cobertura das Despesas Totais pelas Receitas Totais – <u>Receita Total</u> <u>Despesa Total</u>	<u>26.011.835,06</u> <u>23.446.539,28</u>	1.11
Capacidade das Receitas Correntes, cobrirem Despesas da mesma natureza <u>Receita Corrente</u> <u>Despesa Corrente</u>	<u>14.036.987,66</u> <u>13.908.198,50</u>	1.01
Capacidade das Receitas de Capital cobrirem despesas da mesma natureza <u>Receita de Capital</u> <u>Despesa de Capital</u>	<u>6.926.731,70</u> <u>9.538.340,78</u>	0.73
Peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes - <u>Despesas Correntes</u> <u>Receitas Correntes</u>	<u>13.908.198,50</u> <u>14.036.987,66</u>	0.99
Peso das Despesas de Capital nas Receitas de Capital - <u>Despesas de Capital</u> <u>Receitas de Capital</u>	<u>9.538.340,78</u> <u>6.926.731,70</u>	1.38
Peso da Despesa Total na Receita Total <u>Despesa Total</u> <u>Receita Total</u>	<u>23.446.539,28</u> <u>26.011.835,06</u>	0.90

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - FINANCEIRA

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados apresenta os Custos e os Proveitos classificados por natureza. Os resultados são classificados em Correntes e Extraordinários, desdobrando-se os correntes em Operacionais e Financeiros.

A Demonstração de Resultados por Natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de um município ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos, e conseqüentemente a "performance" dos seus responsáveis.

Assim e tendo em conta a estrutura dos custos, podemos elencar os diferentes tipos de custos; operacionais, financeiros, correntes (operacionais+financeiros) extraordinários e líquidos.

A partir daqui encontram-se estabelecidas as equações que nos poderão dar a noção de como foram geridos os referidos recursos.

Análise:

A Demonstração de Resultados evidencia uma gestão equilibrada em que os Proveitos e Ganhos provenientes essencialmente de Transferências e Subsídios Obtidos, por norma do Estado, foram utilizados de forma razoável, tendo em conta que os Custos se distribuem pelas rubricas de Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, Transferências e Subsídios Concedidos e Amortizações do Exercício.

Os **Custos e Perdas Financeiras** no valor de € 563.841,27, são constituídos maioritariamente pelos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo, que vêm sendo amortizados de acordo com os contratos. Verifica-se um acréscimo relativamente ao ano transacto proveniente do **aumento da taxa de Juro e da contratação dos 2 empréstimos MLP – “Aquisição de Habitação a Custos Controlados”.**

Os **Custo e Perdas Extraordinárias** registam globalmente uma diminuição face ao ano anterior.

No seguimento da Política do ano transacto, de rentabilização da componente recursos humanos por parte do Executivo, o Município tem optado pela realização de muitos trabalhos, recorrendo à mão de obra que tem disponível, o que continua a provocar um natural aumento da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, com especial relevância, para a componente Outros Fornecimentos e Serviços.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Verifica-se um aumento do saldo negativo em relação ao ano anterior.

Ano de 2008

Ano de 2007

(€ 357.866,96)

(€ 279.126,25)

Tal decorreu de:

Diminuição significativa do Rendimento de Imóveis, embora do lado dos Proveitos e Ganhos se tenha verificado um aumento dos Juros obtidos, do lado dos Custos e Perdas verifica-se um grande aumento no valor dos juros suportados e dos outros custos e perdas financeiros.

Amor. C. 2008
2008

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

7

Verifica-se uma diminuição significativa do saldo negativo em relação ao ano anterior.

<u>Ano de 2008</u>	<u>Ano de 2007</u>
(€359.310,67)	(€1.037.193,69)

Do lado dos Custos e Perdas, verificou-se uma diminuição, quer das transferências de capital concedidas, quer das perdas em imobilizações.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, embora se tenha registado um aumento, em Ganhos em imobilizações, proveniente da alienação a título oneroso de alguns imóveis, a conta de Outros proveitos e ganhos extraordinários, regista um aumento significativo relativo à contabilização das quotas anuais da comparticipação em Projectos co-financiados. Respeitando o princípio da especialização dos exercícios, estas verbas são levadas a débito da conta 274 – Proveitos Diferidos, numa base sistemática, à medida que o Imobilizado a que a comparticipação se destinou, depois de concluído no aspecto físico, é incluído no Património e sofre as competentes amortizações. Ou seja a mesma taxa de amortização aplicada ao imóvel, serve da base de cálculo desta quota do proveito recebido a título de diferimento, a qual acompanhará a vida útil definida para o bem, esgotando-se também com a sua amortização completa.

BALANÇO

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do Património da Autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Fundos Próprios que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Conceição

 AM

 J. F. F. F. F.

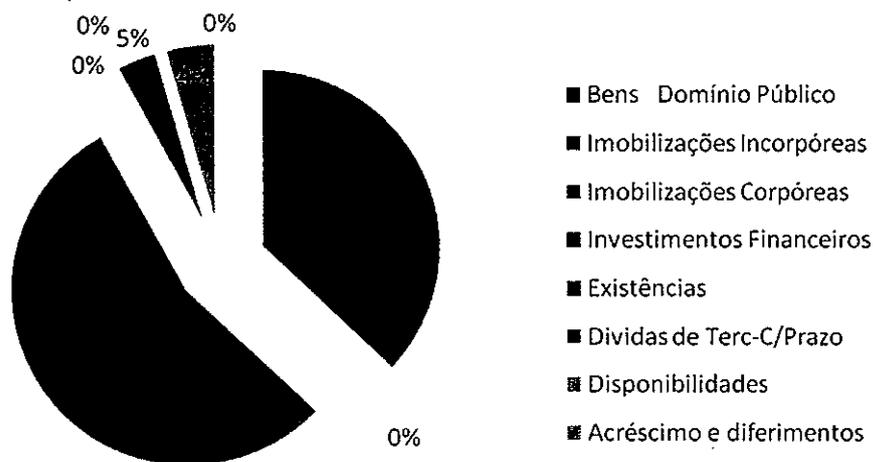
Quadro 7

BALANÇO

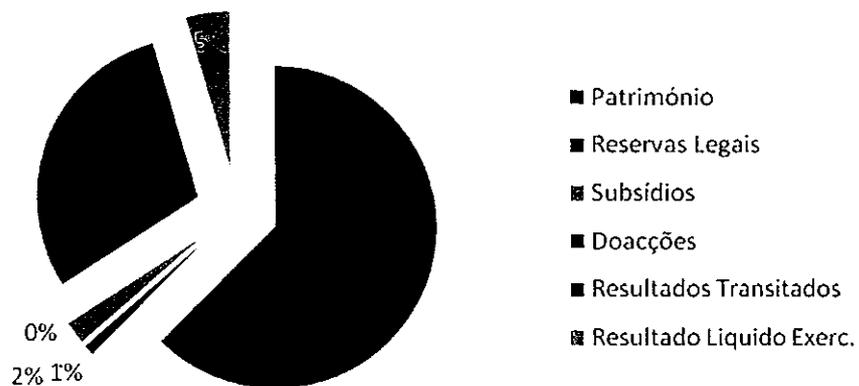
DESCRIÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
ACTIVO IMOBILIZADO	64.564.487,31	86,97	73.656.216,17	91,99	9.091.728,86	5,03
Bens Domínio Público	28.090.738,45	37,84	29.631.978,46	37,01	1.541.240,01	-0,83
Imobilizações Incorpóreas	40.461,40	0,05	23.564,19	0,03	-16.897,21	-0,03
Imobilizações Corpóreas	36.433.287,46	49,07	43.976.173,52	54,92	7.542.886,06	5,85
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	24.500,00	0,03	24.500,00	0,03
CIRCULANTE	9.676.699,85	13,03	6.412.334,21	8,01	-3.264.365,64	-5,03
Existências	17.567,58	0,02	32.361,84	0,04	14.794,26	0,02
Dívidas de Terc-C/Prazo	3.684.403,05	4,96	2.803.536,89	3,50	-880.866,16	-1,46
Disponibilidades	5.952.144,30	8,02	3.528.578,85	4,41	-2.423.565,45	-3,61
Acréscimo e diferimentos	22.584,92	0,03	47.856,63	0,06	25.271,71	0,03
Total do Activo	74.241.187,16	100	80.068.550,38	100		
Capital Próprio e Passivo						
Fundos Próprios	29.195.207,68	100,00	37.951.304,50	100,00	8.756.096,82	
Património	16.950.591,70	58,06	23.686.462,62	62,41	6.735.870,92	4,35
Reservas Reavaliação	-	-	-	-	0,00	
Reservas Legais	275.310,48	0,94	416.754,77	1,10	141.444,29	0,16
Subsídios	57.589,81	0,20	892.687,33	2,35	835.097,52	2,15
Doacções	-	-	112,95	-	112,95	
Resultados Transitados	9.082.829,96	31,11	11.263.375,83	29,68	2.180.545,87	-1,43
Resultado Líquido Exerc.	2.828.885,73	9,69	1.691.911,00	4,46	-1.136.974,73	-5,23
Passivo	45.045.979,48	100,00	42.117.245,88	100,00	-2.928.733,60	
Dívida Médio Long Prazo	11.068.450,30	24,57	11.150.922,23	26,48	82.471,93	1,90
Dívidas a Terc-C/Prazo	7.466.745,98	16,58	4.284.457,08	10,17	-3.182.288,90	-6,40
Acréscimo e Diferimentos	26.510.783,20	58,85	26.681.866,57	63,35	171.083,37	4,50
Total Capital Próprio e Passivo	74.241.187,16		80.068.550,38		5.827.363,22	

Contas 6
Nov.
↓ - 2019
TC
16
D

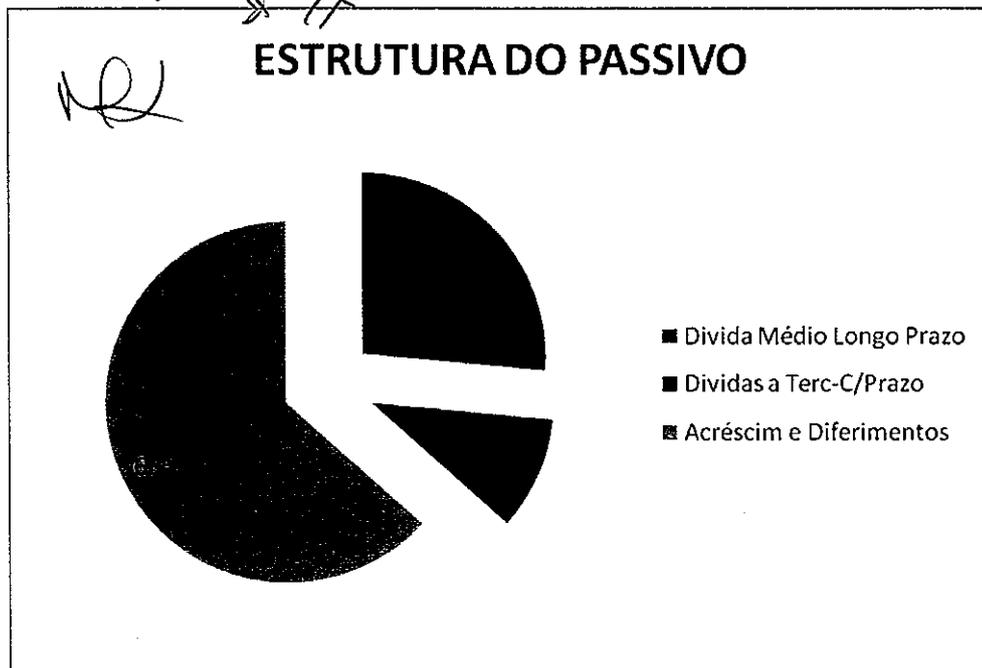
ESTRUTURA DO ACTIVO



ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS



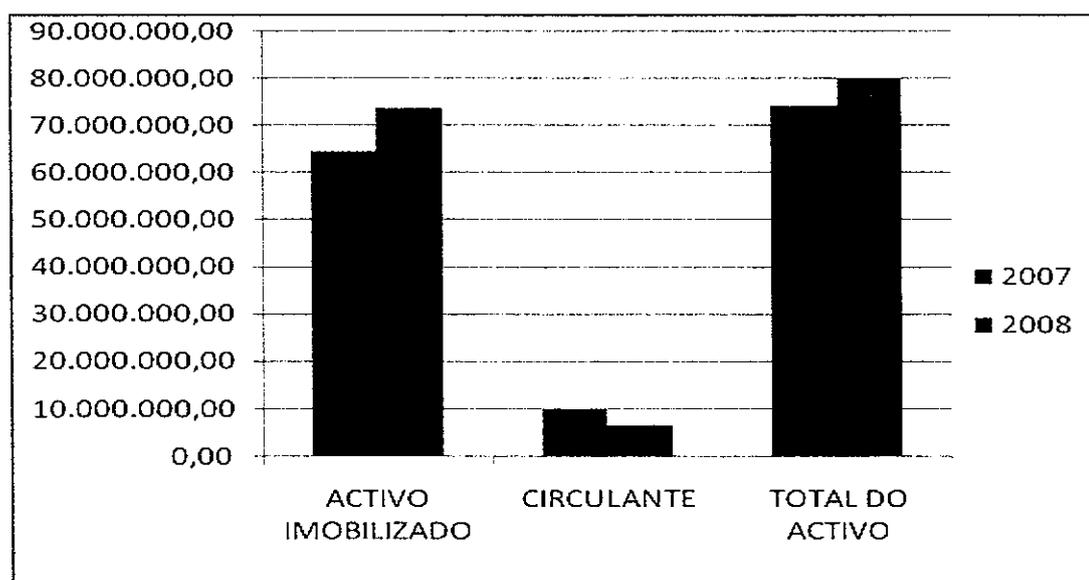
Account
Am.
Col
100



Tendo em conta o **Quadro 7** que compara o Activo e Fundos Próprios e Passivo dos anos de 2007 e 2008, verifica-se:

ACTIVO

EVOLUÇÃO DO ACTIVO



Imobilizado – Verifica-se um aumento de € 9.091.728,86 relativamente ao ano de 2007, sendo que, as contas que prestaram maior contributo foram, o incremento em bens de Domínio Público de, Outras construções e Infraestruturas e Imobilizações em curso, e nas Imobilizações Corpóreas, o valor da conta Edifícios e Outras Construções, da conta Terrenos e Recursos Naturais e de Imobilizações em curso.

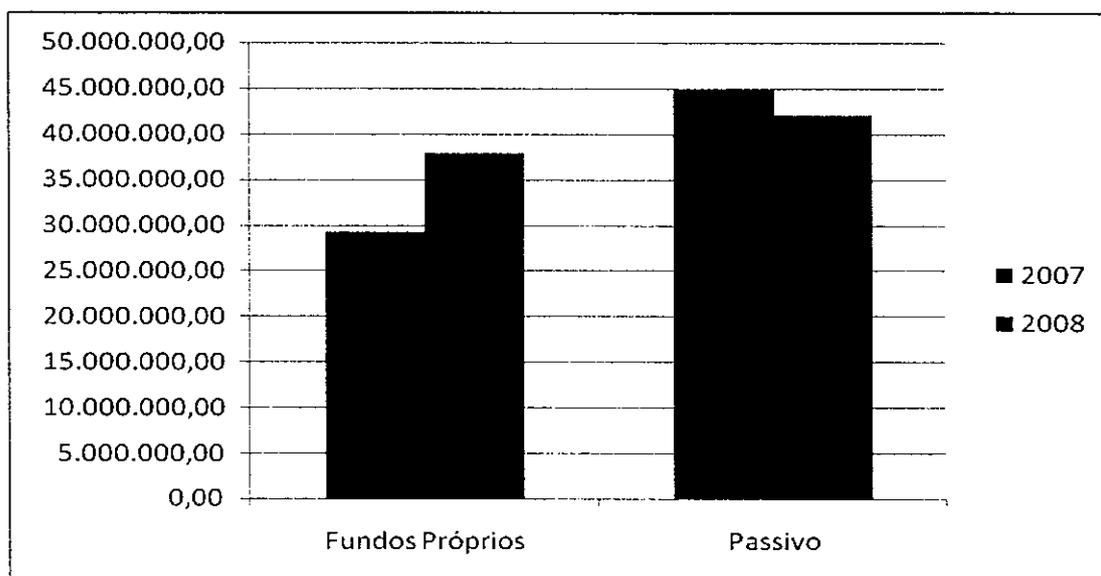
Account to
Almeida
Almeida
Almeida

D

Circulante – O Activo circulante apresenta uma variação negativa de € 3.264.365,64, sendo que, essa variação, é proveniente da diminuição do saldo devedor, da conta Outros Devedores e Credores. Para além deste, verifica-se também a diminuição das disponibilidades, provocado pela diminuição dos valores depositados a prazo, no corrente ano. O valor dos custos diferidos, mais do que duplicou, em relação ao ano anterior.

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO



FUNDOS PRÓPRIOS

Ao nível deste agregado, que teve um aumento de € 8.756.096,82 relativamente ao ano de 2007, há a registar o aumento do Património, proveniente da Contabilização do aumento do Imobilizado, verifica-se também o aumento das Reservas legais, proveniente da aplicação de 5% dos resultados do ano anterior.

O **Resultado Líquido do Exercício** fixou-se em € 1.691.911,00, com um decréscimo de € 1.136.974,73 em relação a 2007.

PASSIVO

No Passivo verifica-se um decréscimo no valor de € 2.928.733,60, sendo o valor mais significativo, a diminuição da dívida a terceiros de curto prazo. O aumento da dívida a terceiros médio e longo prazo, teve origem na adesão ao programa "Pagar a tempo e horas". A conta 274 – Proveitos Diferidos, que regista as participações provenientes do Estado, de Fundos Comunitários e Outros, também verificou um aumento em relação a 2007.

Caract. Man. AL

DEPOSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA

J Os valores apresentados em Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa apresentam um total de € 3.528.578,85.

Nota Importante: Ocorreram no ano de 2003 na Tesouraria desta Município, factos que estão ainda no domínio de decisão Judicial, mas que pela sua gravidade têm que ser explicitados nesta Relatório:

Em Disponibilidades constituídas pelas contas Caixa e Depósitos em instituições financeiras, depois de efectuadas as respectivas reconciliações bancárias e rectificações de lançamentos que até à data de 11/08/2003 não haviam sido contabilizados, apurou-se:

- Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/08/2003 € 134.610,20
- Valor de cheques levantados e não movimentados € 987.132,31
Montante do Alcance.....(€1.121.742,51)

(Um milhão cento e vinte e um mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos.)

ENDIVIDAMENTO – OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS

É de salientar que, com um planeamento controlado, e uma gestão equilibrada das receitas e das responsabilidades para com terceiros, que tem vindo a ser implementado com rigor, **verificou-se uma significativa diminuição do endividamento – outras dividas a terceiros, tendo o mesmo, passado de € 7.466.745,98 em 1 de Janeiro de 2008, para € 4.284.457,08 em 31 de Dezembro de 2008.**

Significa isto, que tem vindo a existir por parte do Município um enorme esforço, no sentido de efectuar a sua gestão normal e diminuir o nível de endividamento no fim de cada ano.

Esta diminuição, das dívidas a terceiros de curto prazo, é também, o reflexo da adesão ao “Programa Pagar a Tempo e Horas”.

Tendo em conta as limitações impostas pelas ocorrências ao nível de Tesouraria a que acima se alude, e que ainda hoje se reflectem, pode considerar-se um óptimo desempenho nesta área.

PROVEITOS DIFERIDOS

O valor dos Proveitos Diferidos refere-se ao financiamento dos Investimento, por parte de Fundos Comunitários e Outros.

Nota: Quando em 2003 se iniciou a introdução do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, foram efectuados na conta 274 por contrapartida da conta 26.8.2, registos de montantes de participações para alguns projectos co-financiados. Acontece que tais registos não foram feitos na sua totalidade, nem tendo em conta o levantamento das situações concretas de cada obra.

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Nos anos subsequentes as receitas parciais destes mesmos projectos foram sendo contabilizadas de forma incorrecta.

Foram, por este motivo, e no seguimento do ano anterior, efectuados movimentos de correcção.

ENDIVIDAMENTO

“SERVIÇO DA DÍVIDA”

Compreende-se como “ *Serviço de Dívida*”, os pagamentos efectuados a título de amortização e juros dos empréstimos obtidos junto de Instituições Financeiras. A contratação de empréstimos, foi a opção para a Autarquia poder complementar o recurso a financiamento na concretização de investimentos.

Neste sentido, o crédito bancário constitui uma alternativa viável, na materialização dos objectivos tidos como prioritários na satisfação das necessidades das populações locais.

No inicio da Gerência de 2008, a dívida resultante de empréstimos era de € 11.068.450,30.

No final da Gerência de 2008, a dívida do Município resultante de empréstimos era de € 11.150.922,23.

É de notar que o valor de fim do ano de 2008, inclui o valor dos empréstimos de € 757.505,68 e € 505.004,00 destinados ao programa “Pagar a Tempo e Horas”

Quadro 8

ESTRUTURA DA DÍVIDA

DÍVIDA EM 1 JANEIRO 2008	11.068.450,30
CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO	757.505,68
CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO	505.004,00
	12.330.959,98
AMORTIZAÇÃO	1.180.037,75
DÍVIDA EM 31 DEZEMBRO 2008	11.150.922,23

LIMITE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

De acordo com o artº 37 da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, “*o montante do endividamento liquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos*

António *Almeida* *de Almeida*
resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior".

Quadro 9

	DESIGNAÇÃO - RECEITAS 2007	MONTANTE €
(1)	IMI	1.799.169,84
(2)	IMT	753.363,82
(3)	IMV (IUC)	296.850,14
(4)	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	4.446,76
(5)	SISA	50.138,13
(6)	DERRAMA	976.999,93
(7)		
(8)	Somatório (1) a (7)	3.880.968,62
(9)	FEF + IRS	9.586.952,00
(8)+(9)	TOTAL DAS RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO	13.467.920,62

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	10%*13.467.920,62	=	1.346.792,06
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	100%*13.467.920,62	=	13.467.920,62
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	125%*13.467.920,62	=	16.834.900,78

Quadro 10

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - PATRIMONIAIS

31 DEZEMBRO 2008	
11- Caixa	134.814,00
12-Depositos	3.393.764,85
27.2 - Custos Diferidos	47.856,63
26.8- Devedores Credores Diversos	1.663.314,11
41.1-Invest.Financ.-Partes de Capital	24.500,00
	5.264.249,59
21.7 - Client Ut Com	300,00
22.1 - Fornecedores c/c+ 22.3 Vendas Dinheiro	793.124,64
23 - Empréstimos Bancários	11.150.922,23
24 - Estado OEP	64.896,57
26.1 - Fornecedores Imobilizado	1.832.542,11
26.2 - Pessoal	155,00
26.3 - Sindicatos	869,89
26.7 - Cons Assess	19.939,24
26.4 - Adm Aut	432.406,85
	14.295.156,53
Endividamento Líquido	9.030.906,94

Caracul
Assm. P. L.
M. H. H.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar o mais claro possível, o que foi o desempenho das actividades do Município no decurso do ano de 2008.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

PROPOSTA:

Nos termos do relato propõe-se:

1 – Que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2008, conforme ponto 2.7.3.1.

2 – De harmonia com o disposto no ponto 2.7.3.3 – uma vez que se verifica a existência de **saldo positivo**, que seja decidido se deverá ser constituído Fundo de Reserva Legal, no valor mínimo de 5% sobre o Resultado Líquido do Exercício (1.691.911,00), que será contabilizado na conta 57.1 "RESERVAS LEGAIS".